

Nota Técnica

Nº 73

Disoc

Diretoria de Estudos e Políticas Sociais

Junho de 2020

**ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO
EM SITUAÇÃO DE RUA NO
BRASIL (SETEMBRO DE 2012
A MARÇO DE 2020)**

Marco Natalino



Nota Técnica

Nº 73

Disoc

Diretoria de Estudos e Políticas Sociais

**ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO
EM SITUAÇÃO DE RUA NO
BRASIL (SETEMBRO DE 2012
A MARÇO DE 2020)**

Marco Natalino

ipea

Governo Federal

Ministério da Economia

Ministro Paulo Guedes

ipea

Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério da Economia, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Carlos von Doellinger

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Manoel Rodrigues Junior

Diretora de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Flávia de Holanda Schmidt

Diretor de Estudos e Políticas

Macroeconômicas

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Nilo Luiz Saccaro Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura

André Tortato Rauen

Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Lenita Maria Turchi

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Ivan Tiago Machado Oliveira

Assessora-chefe de Imprensa e Comunicação

Mylena Fiori

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Nota Técnica

Nº 73

Disoc

Diretoria de Estudos e Políticas Sociais

Junho de 2020

**ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO
EM SITUAÇÃO DE RUA NO
BRASIL (SETEMBRO DE 2012
A MARÇO DE 2020)**

Marco Natalino

ipea

EQUIPE TÉCNICA

Marco Natalino

Especialista em políticas públicas e gestão governamental em exercício na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <<http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>>.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte.
Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO.....	7
2 FONTES DE DADOS.....	7
3 MODELO	9
4 RESULTADOS	9
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	12
REFERÊNCIAS	12
APÊNDICE A	13

O Brasil não realiza contagem oficial da população em situação de rua em nível nacional. Por conta disso, torna-se difícil incluir adequadamente esse segmento nos “cenários de atenção pública” (Schuch, 2015) e no planejamento governamental em geral. Assim, corre-se o risco de reproduzir a invisibilidade social da população em situação de rua no âmbito das políticas públicas. Dado que o contexto de pandemia impõe a necessidade de ofertar a esse público espaço de acolhimento adequado às normas sanitárias de distanciamento social – o que implica, por exemplo, reduzir o número de leitos nos abrigos existentes –, torna-se imperativo contornar essa dificuldade.

De fato, é muito complexo realizar este tipo de estudo em escala continental, ainda mais considerando a diversidade do território brasileiro e de suas formas de ocupação. Com efeito, no mundo todo dados censitários tendem a captar mal populações em condições inadequadas de habitação (Kothari, 2005). Teste-piloto para a inclusão desse público no Censo de 2020 sugere que a mesma dificuldade se verifica no Brasil (IBGE, 2014). Por conta disso, embora as dificuldades não sejam incontornáveis, no momento a melhor forma de estimar essa população e sua evolução ao longo dos anos é por meio da compilação, análise e modelagem estatística de dados oficiais coletados pelos mais de 5.500 municípios da Federação.

Esta nota técnica apresenta a estimativa da população em situação de rua no Brasil em todo o período que vai de setembro de 2012 a março de 2020. Para tanto, replica-se o modelo geral utilizado para a estimativa de 2015 (Natalino, 2016). Como principal novidade, incorpora-se a dinâmica temporal na nova estimativa, o que permitirá a atualização periódica dos dados a partir de agora. Espera-se, com isso, oferecer evidências tempestivas para a melhor alocação de recursos a essa população.

2 FONTES DE DADOS

A nova estimativa eleva consideravelmente a precisão dos resultados obtidos. Isso é efeito direto da melhoria na qualidade da informação produzida nos últimos anos. É particularmente notável o esforço dos governos em incluir o povo da rua¹ no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) e, por esse meio, ofertar um espaço de visibilização deste povo para a cidadania social. Embora a própria natureza dinâmica da situação de rua dificulte o cadastramento e ainda exista um bom número de pessoas descobertas, o avanço é evidente.²

A isso, se soma a estruturação de registros mensais de atendimento socioassistencial (RMAs) a pessoas em situação de rua e de abordagem social na rua,³ bem como a ampliação da série histórica de dados oficialmente reportados pelos municípios, anualmente, ao Ministério da Cidadania.⁴ Em conjunto, essas estratégias representam um avanço considerável na capacidade estatal de atendimento a esse público.

O gráfico 1 apresenta a evolução no número de pessoas em situação de rua cadastradas no CadÚnico e reportadas oficialmente pelos municípios ao governo federal. Nota-se que os números informados parecem aumentar ao longo dos anos, mas com grande flutuação. Esta é resultado, principalmente, da realização, ou não, de pesquisas pelas grandes metrópoles nacionais, como São Paulo e Rio de Janeiro. Por sua vez, o número de cadastrados segue uma trajetória ascendente constante e, desde 2017, superior ao número de informados.

1. Utilizo o termo como sinônimo de população em situação de rua, alternativamente, para fins de fluência textual.

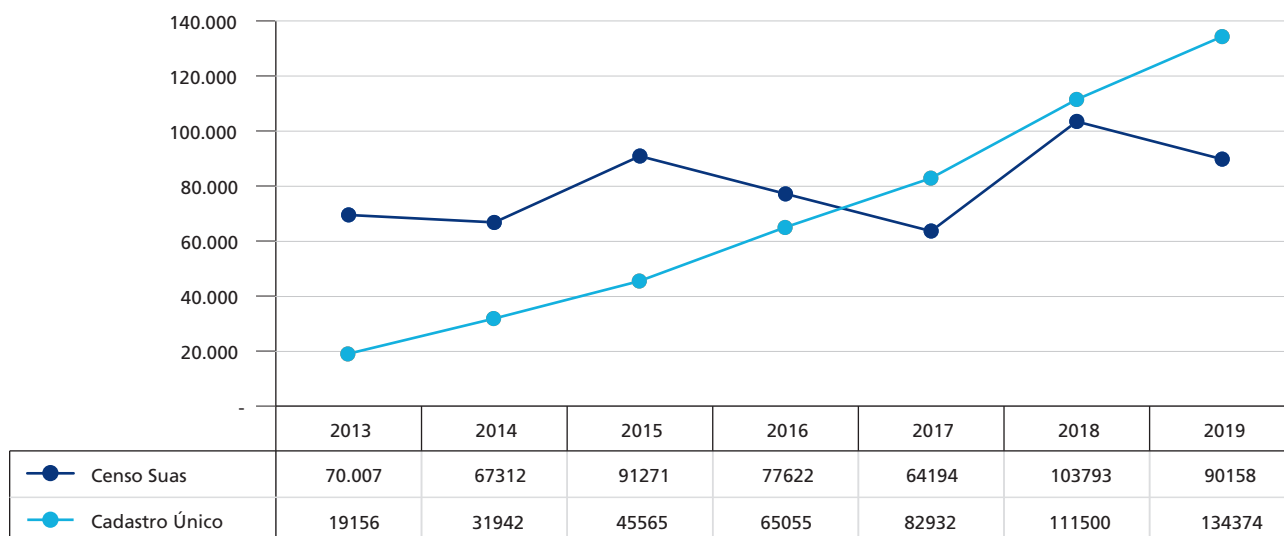
2. Os dados brutos estão disponíveis em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/data-explorer.php>>.

3. RMAs. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index2.php>>.

4. Censo Suas. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index2.php>>.

GRÁFICO 1

População em situação de rua informada no Censo Suas e cadastrada no Cadastro Único (2013-2019)



Fontes: Censo Suas e Cadastro Único.

Obs.: Suas – Sistema Único de Assistência Social.

Ocorre que o número de cadastrados do gráfico se refere aos 5.570 municípios – ou seja, parte de um denominador maior que os dados do Censo Suas. Por sua vez, a tabela 1 apresenta os números brutos de municípios respondentes do inquérito oficial (Censo Suas) e, apenas para esses municípios, a evolução dos cadastros. Fica ainda mais clara a melhoria no cadastro, apesar da flutuação devido ao envio, ou não, de informações pelas grandes capitais.

TABELA 1

Número de municípios que informam população em situação de rua no Censo Suas e, para esses municípios, total de pessoas em situação de rua informadas, cadastradas e atendidas pela assistência social, por ano (2013-2019)

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Municípios respondentes	975	1.067	1.259	1.270	1.388	1.559	1.589
População em situação de rua informada (Censo Suas)	70.007	67.312	91.271	77.622	64.194	103.793	90.158
População em situação de rua cadastrada	16.626	27.494	37.326	42.802	25.699	76.719	62.367

Fontes: Censo Suas e Cadastro Único.

De qualquer sorte, o gráfico e a tabela, analisados em conjunto, não deixam dúvidas quanto ao aumento no quantitativo de pessoas em situação de rua cadastradas. As causas para isso ainda não foram devidamente avaliadas em um plano nacional, mas é provável que se relacionem fortemente à crise econômica e ao desemprego. E é nesse cenário já preocupante que a pandemia coloca seu desafio. A perda de renda do trabalho por largas parcelas da população por conta da pandemia sugere ser muito desejável monitorar a situação mais de perto daqui para frente. Ademais, relatos de profissionais envolvidos com o tema nas principais metrópoles do país sugerem que o problema tem, de fato, se agravado. Isso pode ser monitorado pelas fontes aqui descritas.

Em resumo, como na estimativa de 2015, é o dado oficial informado pelos municípios por meio do Censo Suas que será utilizado como variável dependente para a estimativa.⁵ Esses municípios contêm 84% da população total brasileira, o que em si já significa uma melhor estimativa do que em 2015, quando esse percentual era de 69%. Mas o mais importante é que, com a melhoria da qualidade do Cadastro Único, foi possível substituir um modelo estático por um painel dinâmico, em que as estimativas anuais podem ser atualizadas, ao longo dos meses, pela evolução no número de cadastrados. O modelo anterior previa a atualização apenas pelo crescimento vegetativo da população e acabava

5. Optou-se por seguir a metodologia anterior e não distinguir entre municípios que informam crianças e adolescentes nesse grupo ou não. Isso porque a informação não está suficientemente qualificada. Há de se distinguir, no mínimo: i) crianças e adolescentes em situação de rua em contexto familiar; ii) crianças e adolescentes em situação de rua desacompanhados; e iii) crianças e adolescentes exercendo atividades inadequadas nas ruas, em particular aquelas ligadas às piores formas de trabalho infantil.

por subestimar a população em situação de rua em municípios que não faziam estimativas há muitos anos. Por conta disso, inclusive, a estimativa para 2015 foi revista, uma vez que a maioria dos dados utilizados à época se referiam a anos anteriores. Novamente, a melhoria na qualidade da informação aprimorou a estimativa.

Os dados mensais para o Cadastro Único entre setembro de 2012 e março de 2020 complementam, assim, os dados anuais dos Censos Suas 2013-2019. Optou-se por apresentar estimativas semestrais, e não mensais, pois alguns fenômenos sazonais que afetam o tamanho da população em situação de rua (por exemplo, festas de fim de ano) não puderam ser devidamente contabilizados.

3 MODELO

Como no modelo anterior (Natalino, 2016), o dado reportado oficialmente pelo município serve de parâmetro. Entretanto, utiliza-se agora o Cadastro Único para atualização dos dados do Censo Suas ao longo dos anos. Os *outliers* foram modelados separadamente, e sua identificação seguiu a taxa de população de rua por mil habitantes e, também, uma transformação quadrática da população total.⁶ Exemplos de *outliers* incluem, frequentemente, municípios de fronteira com levadas recentes de imigrantes, como é o caso de Pacaraima-RR.

O modelo estatístico pressupõe uma distribuição de Poisson para realizar uma regressão linear generalizada com ligação logarítmica (Hinde *et al.*, 1998; Ridout *et al.*, 1998; Natalino, 2016). Um modelo misto generalizado foi testado e, por parcimônia, não adotado, já que não melhorava substancialmente o resultado.

Dado esse modelo analítico, resta identificar quais fatores impactam o número de pessoas em situação de rua (modelo teórico) e em que medida isso ocorre (resultado do modelo). O modelo teórico segue o padrão da estimativa anterior e considera:

- tamanho da população (Pop);
- pobreza (Pob);
- grau de centralidade e atração urbana (Urb);
- número de unidades públicas, atendimentos e vagas em unidades de acolhimento para a população em situação de rua (Suas); e
- número de pessoas cadastradas (Cad).⁷

Considerando $y = \text{Poprua}$ e o erro ε , o modelo pode ser descrito como:

$$\text{Poprua}_i = \alpha + \beta_1 \text{pop}_i + \beta_2 \text{pob}_i + \beta_3 \text{urb}_i + \beta_4 \text{suas}_i + \beta_5 \text{cad}_i + \varepsilon_i$$

Empiricamente, o modelo utilizou:

- Pop: *offset* do modelo (log);
- Pob: Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)– Infraestrutura Urbana (*z-score*); número de famílias na pobreza;
- Urb: assalariados externos comandados pelo município (cubo e *z-score*); percentual da população em áreas urbanas;
- Suas: fatorial (PCA) do número de centros de referência da assistência social (Cras), centros de referência especializados de assistência social (Creas), centros de referência especializados para população em situação de rua (Centros Pop) e unidades de acolhimento (*z-score*); e
- Suas/Cad: fatorial (PCA) do número de cadastros, abordagens, atendimentos, acolhidos e vagas (*z-score*).

4 RESULTADOS

Com a melhoria nos dados administrativos disponíveis, foi possível calcular um número mais preciso. É importante lembrar, entretanto, que a contagem desse público é uma atividade bem mais difícil que a contagem de pessoas domiciliadas, e, inclusive por isso, há uma tendência à subestimação do fenômeno. O que medimos, *strictu sensu*, é o tamanho da população em situação de rua que o poder público consegue enxergar.

6. Foi utilizado o *interquartile range* (IQR) e foram cotejados outros dados administrativos.

7. Para uma discussão dos fatores selecionados e suas fontes de informação, ver Natalino (2016).

A tabela 2 apresenta testes estatísticos simples de correlação entre o valor estimado e algumas variáveis-chave. O resultado confirma a validade do modelo, que é altamente correlacionado tanto com a variável dependente (Censo Suas) quanto com o fator de atualização (Cadastro Único). Maiores informações sobre o modelo utilizado e seus resultados encontram-se no apêndice.

TABELA 2

Associação entre estimativa da população em situação de rua e variáveis-chave (2019)

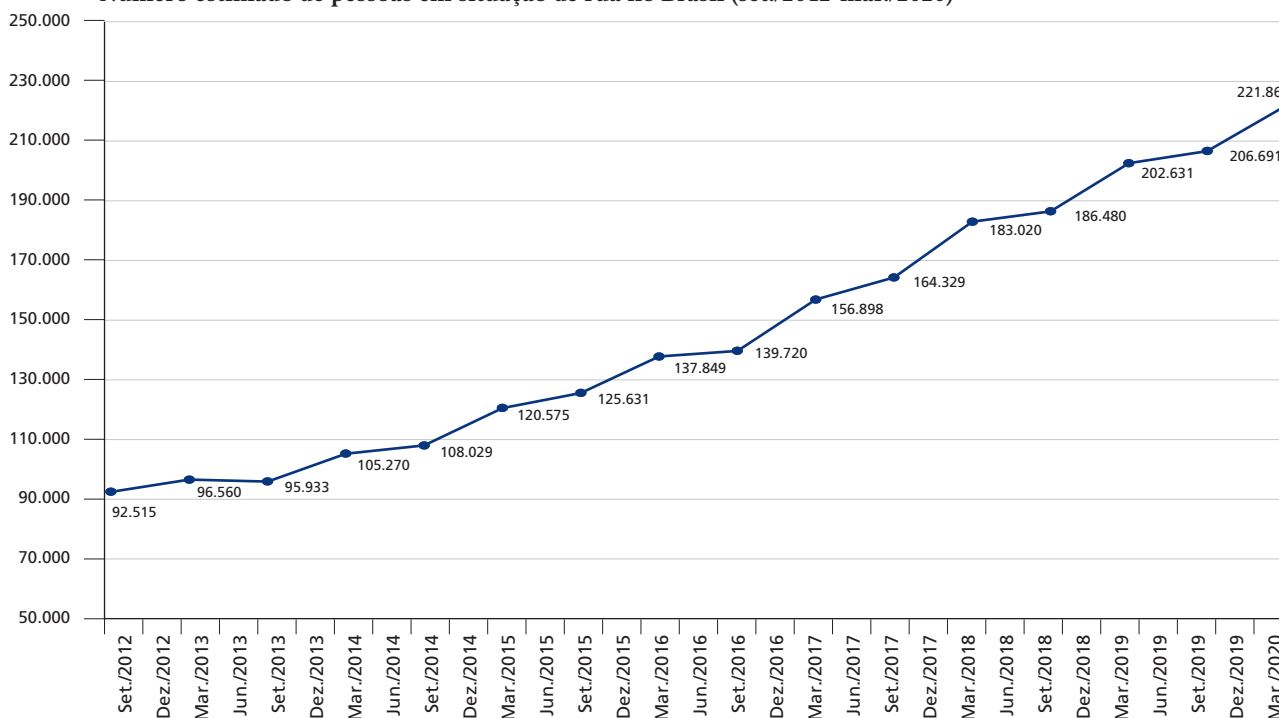
	CORRELAÇÃO (R)
População em situação de rua informada oficialmente (Censo SUAS)	0,941
População em situação de rua cadastrada (Cadastro Único)	0,943
População em situação de rua acolhida	0,86
Famílias em situação de pobreza	0,838
Assalariados externos comandados pelo município (z score, cubo)	0,853
Fatorial (PCA) do número de cadastros, abordagens, atendimentos, acolhidos e vagas (z score)	0,912

Fontes: Censo Suas; Cadastro Único; RMA; Ipea (2015); IBGE (2015).

Em março de 2020, o número estimado de pessoas em situação de rua no Brasil era de 221.869. No momento, entende-se ser março de 2020 uma boa linha de base para averiguar a evolução do fenômeno nesse período de calamidade pública. Análises preliminares de dados diários do Cadastro Único indicam a possibilidade de já observarmos algum efeito da pandemia nos últimos dados disponíveis em março, entretanto. De qualquer sorte, o gráfico 2 apresenta o crescimento semestral desse número. Chama atenção, para além do crescimento ao longo dos anos, a aceleração recente desse crescimento.

GRÁFICO 2

Número estimado de pessoas em situação de rua no Brasil (set./2012-mar./2020)



Fontes: Censo Suas; Cadastro Único; RMA; Ipea (2015); IBGE (2015).

A tabela 3 apresenta os resultados desagregados por Grande Região a partir de setembro de 2012. Nota-se a manutenção da predominância do Sudeste, que congrega mais de metade dessa população – 124.698 pessoas em março de 2020. O crescimento bastante significativo no Norte, possivelmente resultado de questões fronteiriças, também chama atenção.

TABELA 3

População em situação de rua, por região (set./2012-mar./2020)

	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO- -OESTE	BRASIL
Set./2012	3.218	16.450	47.753	16.286	8.808	92.515
Mar./2013	3.280	16.972	50.779	16.632	8.896	96.560
Set./2013	3.300	17.152	50.374	16.215	8.892	95.933
Mar./2014	3.573	17.755	56.640	17.645	9.657	105.270
Set./2014	3.739	17.852	58.324	18.072	10.043	108.029
Mar./2015	3.999	22.742	63.777	19.381	10.676	120.575
Set./2015	4.178	26.767	64.049	19.708	10.929	125.631
Mar./2016	4.515	27.803	73.153	21.619	10.760	137.849
Set./2016	4.729	27.592	75.240	22.294	9.865	139.720
Mar./2017	5.447	27.262	86.694	26.018	11.477	156.898
Set./2017	5.901	25.917	91.652	28.574	12.285	164.329
Mar./2018	7.406	29.164	100.119	32.267	14.064	183.020
Set./2018	8.247	30.490	99.473	33.684	14.586	186.480
Mar./2019	8.299	34.014	111.577	33.699	15.041	202.631
Set./2019	7.706	35.396	117.248	31.763	14.577	206.691
Mar./2020	9.626	38.237	124.698	33.591	15.718	221.869

Fontes: Censo Suas; Cadastro Único; RMA; Ipea (2015); IBGE (2015).

A tabela 4, por sua vez, apresenta a estimativa de pessoas em situação de rua por porte populacional, distinguindo, ainda, as capitais e apresentando a taxa de crescimento no período para cada grupo. Fica claro que o fenômeno segue apresentando características eminentemente urbanas. Ou seja, é nos grandes municípios que essa população se concentra e é neles que se observa uma taxa de crescimento maior. Não obstante, observa-se que, em 2020, 18,5% do povo da rua está em municípios pequenos ou médios, indicando a necessidade de se pensar em políticas públicas adequadas a essas localidades.

TABELA 4

População em situação de rua por porte populacional e nas capitais (set./2012-mar./2020)

	PEQUENO I	PEQUENO II	MÉDIO	GRANDE	METRÓPOLE	TOTAL
Set./2012	5.140	8.590	6.258	37.673	34.854	92.515
Mar./2013	5.115	8.619	6.407	38.471	37.948	96.560
Set./2013	4.992	8.522	6.393	38.019	38.006	95.933
Mar./2014	5.295	8.734	7.471	42.939	40.831	105.270
Set./2014	5.498	8.788	8.209	45.463	40.072	108.029
Mar./2015	6.016	9.112	9.160	49.082	47.206	120.575
Set./2015	6.436	9.254	9.721	50.202	50.018	125.631
Mar./2016	6.782	9.794	9.990	55.321	55.963	137.849
Set./2016	6.991	10.044	9.835	56.791	56.060	139.720
Mar./2017	7.270	10.954	11.737	63.854	63.082	156.898
Set./2017	7.241	11.341	12.950	67.065	65.733	164.329
Mar./2018	8.421	12.336	12.955	73.446	75.861	183.020
Set./2018	8.993	12.339	11.769	73.871	79.507	186.480
Mar./2019	9.373	13.965	13.618	80.784	84.890	202.631
Set./2019	9.121	14.547	14.301	82.828	85.893	206.691
Mar./2020	9.905	15.723	15.435	88.565	92.241	221.869
Taxa de crescimento (set./2012-mar./2020)	93%	83%	147%	135%	165%	140%

Fontes: Censo Suas; Cadastro Único; RMA; Ipea (2015); IBGE (2015).

Obs.: Portes populacionais – pequeno I, até 20 mil habitantes; pequeno II, entre 20 e 50 mil habitantes; médio, entre 50 e 100 mil habitantes; grande, entre 100 e 900 mil habitantes; e metrópole, 900 mil habitantes ou mais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta nota teve por objetivo apresentar uma nova estimativa da população em situação de rua no Brasil e, com isso, mitigar o efeito da invisibilidade social desse segmento populacional no planejamento das políticas públicas. Observou-se um aumento expressivo (140%) da população em situação de rua ao longo do período analisado (setembro de 2012 a março de 2020). O crescimento é observado em todas as Grandes Regiões e em municípios de todos os portes, o que sugere ser o mesmo efeito de dinâmicas nacionais. Por sua vez, o crescimento mais intenso nos grandes municípios sugere que a crise econômica e em particular o aumento do desemprego e da pobreza sejam fatores importantes para a explicação do ocorrido.

A melhoria na qualidade dos dados disponíveis, em particular o Cadastro Único, permitiu criar um modelo dinâmico e, assim, analisar também a sua evolução ao longo do tempo. O modelo criado permite também que a estimativa seja atualizada sempre que preciso, o que permite monitorar a situação durante o atual período de calamidade pública. Assim, espera-se, com esta nota, oferecer evidências úteis à alocação de recursos e à elaboração de políticas para essa população daqui em diante.

REFERÊNCIAS

- HINDE, J.; DEMETRIO, C. G. B. Overdispersion: models and estimation. *In: BRAZILIAN SYMPOSIUM OF PROBABILITY AND STATISTICS (SINAPE)*, 13., 1998. (Short course notes).
- HOAGLIN, D. C.; IGLEWICZ, B.; TUKEY, J. W. Performance of some resistant rules for outlier labeling. *Journal of the American Statistical Association*, v. 81, n. 396, p. 991-999, 1986.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População em situação de rua**: relatório do teste-piloto. Rio de Janeiro: IBGE, abr. 2014.
- _____. **Arranjos populacionais e concentrações urbanas do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas de vulnerabilidade social dos municípios brasileiros**. Brasília: Ipea, 2015.
- KOTHARI, M. **Report of the special rapporteur on adequate housing as a component of the right to an adequate standard of living**. Economic and Social Council. Commission on Human Rights, Sixty-first session. United Nations, 3 mar. 2005.
- NATALINO, M. A. C. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil**. Brasília: Ipea, 2016. (Texto para Discussão, n. 2246).
- SCHUCH, P. A legibilidade como gestão e inscrição política de populações: notas etnográficas sobre a política para pessoas em situação de rua no Brasil. *In: FONSECA, C.; MACHADO, H. (Orgs.). Ciência, identificação e tecnologias de governo*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Cegov, 2015. p. 121-145.
- RIDOUT, M.; DEMETRIO, C. G. B.; HINDE, J. **Models for count data with many zeros**. International Biometric Conference. Cape Town, Dec. 1998.
- SCHEFFER, J. Dealing with missing data. *In: Research Letters in the Information and Mathematical Sciences*. v. 3. 2002. p. 153-160.

TABELA A.1
Informações sobre o modelo estatístico

INFORMAÇÃO DE MODELO	
Variável dependente	Popruaestround19
Distribuição probabilística	Poisson
Função de ligação	Log
Variável <i>offset</i>	logpop2010

Fontes: Censo Suas; Cadastro Único; RMA; Ipea (2015); IBGE (2015).

TABELA A.2
Total de municípios incluídos (variável dependente)

	N	%
Municípios incluídos	3.246	58,3
Municípios sem informações no Censo Suas	2.324	41,7
Total	5.570	100,0

Fontes: Censo Suas; Cadastro Único; RMA; Ipea (2015); IBGE (2015).

TABELA A.3
Variáveis independentes, estimativas de parâmetros do modelo e testes de associação estatística

PARÂMETRO	B	ERRO-PADRÃO	95% INTERVALO DE CONFIANÇA DE WALD		HYPOTHESIS TEST		
			INFERIOR	SUPERIOR	CHI-QUADRADO DE WALD	GL	SIG.
<i>(Intercept)</i>	-5,723	,0253	-5,772	-5,673	51199,118	1	,000
Fatorial n: Cras, Creas, Centros POP e unidades de acolhimento (fatorial PCA <i>z-score</i>)	,109	,0012	,106	,111	8123,488	1	,000
Fatorial n: cadastros, abordagens, atendimentos acolhidos e vagas (fatorial PCA <i>z-score</i>)	,047	,0013	,045	,050	1327,681	1	,000
<i>Z-score</i> (IVS Infraestrutura Urbana 2010)	,077	,0035	,070	,084	473,222	1	,000
<i>Z-cubo</i> : assalariados externos comandados pelo município	-1,822E-5	2,0035E-7	-1,861E-5	-1,783E-5	8271,077	1	,000
FAMILIAS_POBREZA	5,659E-6	2,3121E-7	5,206E-6	6,112E-6	599,144	1	,000
Percentual urbano	5,700	,0278	5,646	5,754	42107,968	1	,000
<i>(Scale)</i>	1 ^a						

Dependent variable: POPRUAESTROUND19
Model: (*intercept*); fatorial n: Cras, Creas, Centros POP e unidades de acolhimento (fatorial PCA *z-score*); fatorial n: cadastros, abordagens, atendimentos acolhidos e vagas (fatorial PCA *z-score*); *z-score* (IVS Infraestrutura Urbana 2010); *z-cubo*; assalariados externos comandados pelo município; FAMILIAS_POBREZA; percentual urbano; *offset* = logpop2010
 a. Fixed at the displayed value.

Fontes: Censo Suas; Cadastro Único; RMA; Ipea (2015); IBGE (2015).

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Coordenação

Reginaldo da Silva Domingos

Assistente de Coordenação

Rafael Augusto Ferreira Cardoso

Supervisão

Camilla de Miranda Mariath Gomes

Everson da Silva Moura

Editores

Aeromilson Trajano de Mesquita

Cristiano Ferreira de Araújo

Danilo Leite de Macedo Tavares

Herlyson da Silva Souza

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Leonardo Hideki Higa

Capa

Danielle de Oliveira Ayres

Flaviane Dias de Sant'ana

*The manuscripts in languages other than Portuguese
published herein have not been proofread.*

Livraria Ipea

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo

70076-900 – Brasília – DF

Tel.: (61) 2026-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL